

RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.898 - RJ (2018/0232030-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : WALTER DO AMARAL
ADVOGADOS : JOAO ORLANDO DUARTE DA CUNHA - SP018755
MARIA BEATRIZ CAPOCCHI PENETTA - SP140724
MASSAMI UYEDA JUNIOR - SP116045
DOUGLAS THIAGO LARA GONÇALVES - SP273800
MASSAMI UYEDA - SP019438
RECORRENTE : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RENATA LANE E OUTRO(S) - SP289214
RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : CANDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO E OUTRO(S) - RJ049659
LEONAN CALDERARO FILHO - RJ064823
GUILHERME LUIS QUARESMA BATISTA SANTOS - RJ119620
HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR - RJ062929
RAFAEL SOUTO MONTEAGUDO - RJ142497
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : PAULO SALIM MALUF
ADVOGADOS : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709
SORAIA GHASSAN SALEH - SP127752
RECORRIDO : CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO PINTO PALHARES - RJ008570
RUBENS FERRAZ DE OLIVEIRA LIMA - SP015919
DANIEL DE CAMARGO JUREMA - SP127778
RECORRIDO : INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A IPT
ADVOGADO : TÂNIA CAMARGO ISHIKAWA
RECORRIDO : SILVIO FERNANDES LOPES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
RECORRIDO : OSVALDO PALMA
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDES - DF002192A
ADVOGADOS : ANA PAULA ALMEIDA NAYA DE PAULA - DF022915
ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS - RJ118663
MATEUS ROCHA TOMAZ - DF050213
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. RECURSO ESPECIAL. ESTADO DE SÃO PAULO. WALTER DO AMARAL. PETROBRAS. CONSÓRCIO PAULIPETRO. PESQUISA E LAVRA DE PETRÓLEO NA BACIA DO PARANÁ. CONTRATOS DE RISCO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PERÍCIA CONTÁBIL. EXCESSO NA EXECUÇÃO. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA, ORIUNDA DO RESP 14.868/RJ, DA RELATORIA DO DOUTO MIN. ANTÔNIO DE PÁDUA

RIBEIRO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS PELO TRF2. OMISSÃO. NEGATIVA DE JURISDIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4o. DO CPC/1973. RECURSOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE WALTER DO AMARAL IMPROVIDOS. RECURSO ESPECIAL DA PETROBRAS PARCIALMENTE PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO TRF2 PARA QUE ENFRETE OMISSÃO QUANTO À ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PETROBRÁS.

1. Na origem do título executivo cujo cumprimento se busca, acham-se os autos de Ação Popular ajuizada por WALTER DO AMARAL contra PAULO SALIM MALUF (então Governador do Estado de São Paulo), OSVALDO PALMA (Secretário de Estado), SILVIO FERNANDES LOPES (Secretário de Estado), PETROBRAS e PAULIPETRO (Consórcio CESP-IPT).

2. Em breve resumo dos fatos objeto do Ação Popular em comento, ainda no ano de 1979, foi firmado contrato de risco entre a PETROBRAS e a PAULIPETRO, empresa formada pelo consórcio das estatais paulista IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Referido contrato tinha por objeto a pesquisa e lavra, pela PAULIPETRO, de petróleo na Bacia do Paraná, com o repasse das informações geológicas correspondentes pela PETROBRAS.

3. Em seus Recursos Especiais, WALTER DO AMARAL e o ESTADO DE SÃO PAULO alegam que o TRF2, ao julgar os Embargos de Declaração opostos, deixou de apreciar questões fundamentais ao deslinde da causa.

4. O Acórdão recorrido se apresenta suficientemente claro, em sua redação e também em sua coerência, **ao fixar a tese de que a coisa julgada engloba a devolução ao Erário Paulista da quantia equivalente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), acrescida das despesas com a extensão dos demais contratos de risco celebrado, em um total de 17 contratos, concluindo, o acórdão que o Estado de São Paulo e/ou o Autor Popular não comprovaram devidamente tais despesas. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão recorrido quanto ao ponto em comento.**

5. Da leitura dos votos proferidos quando julgamento do REsp 14.868/RJ, no STJ, e respectivos Embargos de Declaração, é possível a fixação das seguintes premissas: (a) o pedido constante da inicial da Ação Popular, no que toca à condenação na reparação de danos ao Erário, foi dirigido **expressa e unicamente** quanto aos réus PAULO SALIM MALUF, OSVALDO PALMA E SILVIO FERNANDES LOPES; (b) o pedido condenatório, nos termos da exordial e aditamento de fls. 83, consistiu na devolução ao patrimônio público da importância equivalente em cruzeiros a 250 mil dólares norte-americanos já paga pela PAULIPETRO à PETROBRAS a título de aquisição das informações geológicas a respeito da Bacia do Paraná, nos termos das normas regulamentares dos contratos de risco, extensivo a 17 (dezessete) contratos de risco celebrados entre a PAULIPETRO e a PETROBRAS, cujo objeto era a pesquisa e lavra de petróleo na Bacia do Paraná; (c) o título executivo **não alcança os subcontratos firmados com terceiros** para a execução do projeto de pesquisa de petróleo, vez que **a ação foi julgada nos limites em que formulado o pedido**, não tendo sido, nesse ponto,

acolhido o pedido do ESTADO DE SÃO PAULO de estender o pedido em relação às pessoas que assinaram contratos de subempreitada e outros; (d) os honorários advocatícios foram fixados em 10% sobre o valor da condenação; (e) o valor da condenação seria apurado em execução, por meio de liquidação de sentença e; (f) o pedido deduzido em face da PETROBRAS e PAULIPETRO foi unicamente de declaração de nulidade dos contratos de risco (fls. 56 e 84) e nada mais.

6. Com o trânsito em julgado do acórdão proferido no REsp 14.868/RJ, pelo STJ, passou-se à fase de cumprimento de sentença, tendo o ESTADO DE SÃO PAULO apresentado memória de cálculo atualizada até 2014, em valores superiores a 7 (sete) bilhões de reais, fundados em certidão da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e respectivos documentos, que segundo alegam os recorrentes ESTADO DE SÃO PAULO e WALTER DO AMARAL, possui fé-pública e presunção de veracidade.

7. Em primeira instância, foi determinada a realização de perícia judicial, diante da vultuosa quantia postulada. De acordo com as conclusões da perícia judicial, os cálculos de liquidação apresentados pelo Estado de São Paulo **não representam a coisa julgada**, pois a certidão emitida pela Fazenda Paulista **deixou de apontar os valores dos repasses efetuados pelo Consórcio PAULIPETRO às empresas petrolíferas subcontratadas**, consignando, apenas, os valores cheios correspondentes aos montantes despendidos diretamente pelo Estado de São Paulo para o mencionado Consórcio.

8. Não há que se falar em ofensa à coisa julgada, sendo incabível nessa instância especial a revisão dos cálculos ofertados pelo Perito Judicial, **que seguiram fielmente o que constou do título executivo formado**. Cabe aqui, rememorar o secular princípio da fidelidade à coisa julgada.

9. A forma de liquidação do julgado não está acobertada pela manto da coisa julgada, principalmente diante da necessidade de realização de perícia envolvendo valores bilionários, que não poderiam ser atestados por mera certidão apresentada pelo próprio credor.

10. Efetivamente o Acórdão recorrido **foi omissso ao deixar de apreciar as alegações da PETROBRAS no sentido de sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da fase de cumprimento de sentença**, tendo em vista o fundamento, devidamente ventilado nas razões da Apelação Cível e dos dois Embargos de Declaração manejados junto ao TRF2, de que o título executivo judicial teria sido formado, no que toca à condenação, **unicamente em relação às pessoas físicas, quais sejam, os réus PAULO SALIM MALUF, OSVALDO PALMA E SILVIO FERNANDES LOPES**, do que resultaria na exclusão da PETROBRAS da execução do julgado, caso acolhido o ponto levantado, ao menos no que toca à condenação pecuniária. Configurada negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal Regional Federal da 2a. Região, que merece ser afastada por meio de novo pronunciamento que enfrente efetivamente a alegação trazida pela PETROBRAS.

11. Merece ser provido o Recurso Especial da PETROBRAS, mas apenas em parte, aplicando-se, por analogia, o disposto na Súmula 345/STJ, diante

do reconhecimento de excesso no *quantum* apresentado pelo credor, resultando, dessa forma, em redução significativa do valor aceito pelas instâncias ordinárias como devido, restabelecendo-se a condenação do ESTADO DE SÃO PAULO ao pagamento de honorários de sucumbência em fase de cumprimento do julgado, arbitrados em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do art. 20 , § 4o.do CPC/1973.

12. Recursos Especiais do ESTADO DE SÃO PAULO e de WALTER DO AMARAL a que se **nega provimento**. Recurso Especial da PETROBRAS **parcialmente provido**, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional Federal da 2a. Região, para que enfrente efetivamente a alegação relativa à ilegitimidade passiva da PETROBRAS em decorrência da condenação **somente de pessoas físicas no título executivo judicial**, bem como para restabelecer a condenação do ESTADO DE SÃO PAULO ao pagamento de honorários de sucumbência em fase de cumprimento do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento aos recursos especiais de WALTER AMARAL e ESTADO DE SÃO PAULO, por maioria, vencido o Sr. Ministro Gurgel de Faria, dar parcial provimento ao Recurso Especial da PETROBRAS para determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional Federal da 2a. Região, para que enfrente efetivamente a alegação relativa à ilegitimidade passiva da PETROBRAS em decorrência da condenação somente de pessoas físicas no título executivo judicial, e, por unanimidade, restabelecer a condenação do ESTADO DE SÃO PAULO ao pagamento de honorários de sucumbência em fase de cumprimento do julgado, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Drs. MASSAMI UYEDA e MIGUEL PEREIRA NETO, pela parte RECORRENTE: WALTER DO AMARAL; Dra. MICHELLE NAJARA APARECIDA SILVA, pela parte RECORRENTE: ESTADO DE SÃO PAULO; Dr. RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA, pela parte RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS; Dr. DANIEL DE CAMARGO JUREMA, pela parte RECORRIDA: CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO e Dr. MATEUS ROCHA TOMAZ, pela parte RECORRIDA: OSVALDO PALMA

Brasília/DF, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR